

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 13 de janeiro de 2025 às 07h58
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

Patentes

Cooperação tecnológica: Estrutura e relevância para a inovação aberta	3
---	---

Super Interessante Online | SP

Propriedade Intelectual

A quem pertence o direito intelectual sobre um pe... ..	6
---	---

Exame.com | BR

Patentes

Ozempic no SUS? Quebra de patente e acompanhamento podem viabilizar semaglutida de graça	8
--	---

AGÊNCIA BRASIL

IstoÉ Online | BR

Direitos Autorais

Entenda o processo judicial envolvendo acusações de plágio na animação "Moana"	11
--	----

Cooperação tecnológica: Estrutura e relevância para a inovação aberta



Descubra como acordos de cooperação tecnológica impulsionam a inovação aberta, unindo empresas, universidades e governo para criar soluções disruptivas e competitivas.

Acordos de cooperação tecnológica: Estrutura e relevância para a inovação aberta Camila Betanin Descubra como acordos de cooperação tecnológica impulsionam a inovação aberta, unindo empresas, universidades e governo para criar soluções disruptivas e competitivas. domingo, 12 de janeiro de 2025 Atualizado em 10 de janeiro de 2025 14:11 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Os acordos de cooperação tecnológica são instrumentos importantes para fomentar a inovação aberta, viabilizando a colaboração estratégica entre empresas, universidades e governos.

Essas parcerias, que seguem o modelo da "Triple Helix", promovem o desenvolvimento de novas tecnologias, fortalecem o setor produtivo e impulsionam a competitividade no cenário global.

Neste artigo, abordamos o que é a cooperação tecnológica, detalhamos como funcionam os contratos de cooperação e discutimos seus impactos legais e práticos, conforme as normas estabelecidas pela lei 10.973/04.

1. O que é cooperação tecnológica?

A cooperação tecnológica é a parceria entre diferentes atores - empresas, universidades, governos ou instituições de pesquisa - para desenvolver soluções inovadoras, tecnologias e produtos.

Essa relação é baseada no compartilhamento de conhecimento, infraestrutura e recursos, para gerar avanços tecnológicos e sociais.

Segundo a **lei** da inovação (lei 10.973/04), a cooperação tecnológica é incentivada no Brasil por meio de medidas que buscam a capacitação e a autonomia tecnológica do país, promovendo o desenvolvimento regional e nacional.

2. A Inovação aberta e os contratos de cooperação

Sobre a inovação aberta, esta pode ser caracterizada pela troca de conhecimento e recursos entre diversas organizações, ao contrário do modelo tradicional de inovação fechada, que é mais restrito e centralizado.

Neste sentido, os contratos de cooperação tecnológica são os instrumentos que formalizam essas parcerias e garantem a segurança jurídica entre as partes envolvidas.

3. O que são contratos de cooperação?

Os contratos de cooperação nada mais são do que acordos que regulamentam as condições de uma parceria entre duas ou mais partes interessadas no desenvolvimento conjunto de um projeto ou tecnologia.

Continuação: Cooperação tecnológica: Estrutura e relevância para a inovação aberta

Eles definem regras como cronogramas, investimentos e como os resultados serão compartilhados.

4. O que são contratos de tecnologia?

De maneira breve, podemos conceituar contratos de tecnologia - como os de cooperação tecnológica - como acordos voltados à pesquisa, desenvolvimento ou **transferência** de tecnologias.

5. Elementos básicos de um contrato de cooperação tecnológica

Os contratos de cooperação tecnológica devem conter um "núcleo duro" de cláusulas bem definidas para evitar conflitos e garantir o sucesso da parceria e a ausência de problemas.

Não pode faltar em um contrato de cooperação tecnológica:

Preâmbulo: Identificação completa das partes (nome, documentos, endereços, etc.);

Objeto: O objetivo da cooperação, como o desenvolvimento de uma tecnologia específica;

Forma de execução: Cronogramas, recursos alocados e detalhamento operacional;

Propriedade intelectual: Estabelecimento de direitos sobre **patentes** e inovações;

Sigilo: Proteção de informações confidenciais durante e após o término do contrato, e.g. proibição de divulgação de artigos científicos durante o processo;

Comercialização: Definição de como os resultados da parceria serão explorados comercialmente;

Recursos e pagamentos: Especificação de custos e de prazos;

Vigência e rescisão: Estipulação do prazo do contrato e condições para encerramento.

Essas cláusulas representam o básico de qualquer contrato de cooperação tecnológica.

6. Conclusão

Embora no Brasil a cultura desses acordos de cooperação tecnológica não seja tão proeminente como em outros países, quando bem estruturados, eles aceleram o desenvolvimento de novas tecnologias, fortalecem setores produtivos e geram benefícios diretos para a sociedade.

A autora Raphaela M.R. Portilho, em sua obra "Open Innovation e os Direitos de **Propriedade** Intelectual: Interseção ou Dicotomia?" (2016), aborda, de forma profunda, a necessidade desses contratos para fomentar a economia como um todo, além de destacar o necessário equilíbrio entre a proteção da **propriedade** intelectual sem impedir o compartilhamento de informações.

Com o embalo da IA em todos os setores possíveis, a adoção de contratos de cooperação tecnológica se destaca como um grande diferencial para empresas que buscam inovar e se manter competitivas no mercado global.

Brasil. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_a to2004-2006/2004/lei/110.973.htm.

Etzkowitz, H.; Leydesdorff, L. The Dynamics of Innovation: From National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of University-Industry-Government Relations. Research Policy, n. 29, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222763532_The_Dynamics_of_Innovation.

Continuação: Cooperação tecnológica: Estrutura e relevância para a inovação aberta

Portilho, Raphaela M. R. Open Innovation e os Direitos de Propriedade Intelectual: Interseção ou Dicotomia? Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

Leal - Advocacia e Consultoria.

Camila Betanin Advogada | Professora | Especialista em Direito Digital, Direito Empresarial & Inovação e Direito Contratual | Sócia-Fundadora do Betanin &

A quem pertence o direito intelectual sobre um pe...



Ser supremo detentor de toda a sabedoria. Envie sua pergunta pelo inbox do Instagram ou para o e-mail maria.costa@abril.com.br.

Ser supremo detentor de toda a sabedoria. Envie sua pergunta pelo inbox do Instagram ou para o e-mail maria.costa@abril.com.br.

(Netflix/Reprodução)

Os direitos são do criador da obra. O ator pode até representar o seu personagem de forma pontual, fora da série - mas, sem um contrato específico, não pode ganhar dinheiro com ele.

Imagine que algum apresentador de TV ou podcast peça para que a atriz Millie Bobby Brown, de *Stranger Things*, interprete a Eleven durante uma entrevista. Até aí, tudo bem. "Dar uma palhinha" não configura violação de **direitos** autorais.

Mas e se Millie decidisse rodar os EUA com um espetáculo sobre a Eleven, cobrando ingressos? Ou produzisse um especial no YouTube, onde os vídeos podem ser monetizados? Aí não. Em ambos os casos, a Netflix e os irmãos Duffer, criadores da série, teriam que entrar na jogada para licenciar a personagem.

No Brasil, a propriedade sob uma obra intelectual (filme, novela, série, livro etc.) passa a valer no instante em que ela nasce - não é preciso correr atrás de um registro. "A lei brasileira de **direitos** autorais, de

1998, é uma das mais restritivas do mundo. É super pró-autor", diz o advogado Marcos Blasi, doutor em direito comercial pela USP.

Apesar dessa resguarda, o mais comum é registrar a obra, mesmo. No Brasil, porém, não há um único órgão responsável por isso. Dá para fazer no cartório ou ainda procurar entidades específicas (como a Biblioteca Nacional para livros e a Escola de Música da UFRJ para composições).

Isso significa que os atores não têm direito nenhum? Não: o trabalho deles está protegido pelos chamados direitos conexos, que lhes asseguram o controle sobre a performance (que, afinal, é essencial para que as criações do autor ganhem vida).

A atriz Adriana Esteves não é a dona da Carminha, mas os direitos conexos garantem que ela receba algum dinheiro caso a Globo decida reprisar Avenida Brasil.

Compartilhe essa matéria via: WhatsApp Telegram

Nada impede, porém, que intérpretes reivindicuem a autoria de alguma criação. Foi o que aconteceu com a atriz mexicana María Antonieta de las Nieves, a Chiquinha de Chaves. Em um processo de 12 anos contra Roberto Bolaños e o canal Televisa, ela adquiriu os direitos da personagem.

Hoje, ela faz espetáculos de circo e apresentações na TV como a filha do seu Madruga. "Se eles quiserem vender a série a alguma parte do mundo sem meu consentimento, não poderão usar a Chiquinha", disse Nieves em uma entrevista à RedeTV em 2020.

Fontes: Marcos Blasi, sócio da área de **Propriedade** Intelectual, Tecnologia e Proteção de Dados do escritório Lobo de Rizzo Advogados e doutor em Direito Comercial pela USP. Mariana Zanardo Dessotti, advogada da área de **Propriedade** Intelectual, Tecnologia e Proteção de Dados do

Continuação: A quem pertence o direito intelectual sobre um pe...

escritório Lobo de Rizzo Advogados, especialista em **Propriedade** Intelectual pela FGV-SP.

AS MAIS LIDAS DA SEMANA Toda sexta, uma seleção das reportagens que mais bombaram no site da Super ao longo da semana. Inscreva-se aqui para receber a nossa newsletter Aceito receber ofertas pro-

duetos e serviços do Grupo Abril. Cadastro efetuado com sucesso! Você receberá nossas newsletters pela manhã de segunda a sexta-feira.

Publicidade

Ozempic no SUS? Quebra de patente e acompanhamento podem viabilizar semaglutida de graça



Medicação para diabetes é usada no combate à obesidade

A cidade do Rio de Janeiro planeja um novo programa de combate à obesidade que vai oferecer medicamentos como a semaglutida e a liraglutida, inicialmente indicados para o controle da diabetes, mas que se popularizaram por causa do efeito de perda de peso.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, isso deve ser feito a partir de 2026, mas um grupo de trabalho já foi criado para planejar a melhor estratégia de uso do medicamento.

Apesar de ter causado algum alvoroço, a iniciativa carioca não é nova. A liraglutida já é utilizada em cidades de Goiás, Distrito Federal e Espírito Santo, e também faz parte de protocolos de tratamento do Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia do estado do Rio de Janeiro (Iede), do Hospital das Clínicas e do Instituto da Criança da Universidade de São Paulo.

Ainda não há indicativo de incorporação dessas substâncias no Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2023, a fabricante Novo Nordisk pediu que a Comissão de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) avaliasse a inclusão, mas o parecer foi negativo. Apesar dos estudos que mostram a eficiência do medicamento, a estimativa de impacto orçamentário foi considerada elevada: R\$ 12,6 bilhões em 5 anos.

Mas esse cenário pode mudar num futuro próximo. Depois da queda da patente, outros laboratórios passaram a produzir medicamentos à base de liraglutida e, em dezembro do ano passado, a **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) autorizou o uso no Brasil dos dois primeiros deles, produzidos pela EMS. Com mais concorrência, a tendência é de que o preço do medicamento diminua.

Já a semaglutida permanece como patente exclusiva da Novo Nordisk até março de 2026 e, por enquanto, não é usada por nenhum serviço público. Nas farmácias, o preço das ampolas para um mês de uso varia de R\$ 800 a R\$ 2.000, dependendo da dosagem.

A liraglutida é um pouco mais barata e pode ser comprada por cerca de R\$ 700, mas exige aplicação diária, enquanto a semaglutida deve ser injetada uma vez por semana.

Especialistas destacam benefícios dos medicamentos

A vice-presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, Karen de **Marca**, se diz otimista com a adoção dos medicamentos na rede pública do Rio e com a possibilidade de que isso inspire outros entes públicos na mesma direção.

Ela também é diretora técnica-assistencial do Iede, uma das unidades públicas do Brasil que já utiliza a

Continuação: Ozempic no SUS? Quebra de patente e acompanhamento podem viabilizar semaglutida de graça

liraglutida em alguns pacientes.

"Essas medicações são da classe dos agonistas do GLP-1. Nos estudos, se percebeu que ela conseguiu um bom controle glicêmico e também ajudou na manutenção dos níveis de insulina. É uma molécula bem completa. Nós temos receptores para essa molécula em diversos órgãos do corpo, desde o sistema nervoso central, onde ela ajuda no componente de saciedade. Por isso, percebemos que além do controle do diabetes, ela também pode ser útil ao paciente com obesidade", explica a especialista.

A vice-presidente da SBEM considera que a adoção desses medicamentos no serviço público de saúde é uma estratégia interessante também pelos estudos que demonstram diminuição da mortalidade por doença cardiovascular e das ocorrências de doenças crônicas como hipertensão arterial.

"Quando a gente pensa em introduzir uma medicação no Sistema Único de Saúde, você tem que pensar no real benefício, para quem ela serve, quanto ela custa e o que ela vai economizar. Então, se a gente pensar que é uma molécula bastante complexa, que consegue melhorar o controle glicêmico, controlar o peso e fazer uma perda de peso que pode chegar a até 25%, ainda por cima com benefícios cardiovasculares, que é a principal causa de morte dos pacientes diabéticos com obesidade, é muito interessante. E você diminui custos por internação cardiovascular, por complicações da diabetes, por amputação, custo de remédio pra hipertensão, pra doença renal."

Essa é a principal justificativa da Prefeitura do Rio para adotar o medicamento. O secretário municipal de saúde, Daniel Soranz, acredita que ele pode acabar representando uma economia para os cofres públicos:

"Hoje o Rio de Janeiro gasta mais ou menos R\$ 130 milhões por ano com internações provenientes de problemas com diabetes e obesidade. A expectativa é de que, com a semaglutida e um programa mais am-

plado de combate à obesidade, a gente consiga reduzir essas internações e possa de fato avançar cada vez mais na melhoria da qualidade de vida".

De acordo com o secretário, a Prefeitura já está em contato com quatro laboratórios: a Novo Nordisk, e outros três que devem começar a fabricar o medicamento a partir da quebra da patente.

Soranz garante que a medicação será oferecida dentro de um tratamento integrado: "O desenho clínico de acompanhamento do paciente vai ser a partir das Clínicas da Família. O médico da família vai definir qual o protocolo terapêutico. Se vai precisar tomar medicação, fazer dieta, exercício, se precisa de cirurgia bariátrica."

Abordagem multidisciplinar e riscos do uso inadequado

Para a vice-presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, o ideal seria que os pacientes tivessem acesso a centros de tratamento multidisciplinares: "Um lugar completo, que você tenha educador físico, nutricionista, psicólogo, psiquiatra, endocrinologista, clínico geral que possa acompanhar esse tratamento. Eu realmente vejo como uma necessidade ter uma equipe multiprofissional, porque a obesidade é multifatorial. A medicação trata a obesidade, mas ela não trata os motivos que levaram ao ganho de peso".

A endocrinologista alerta também que os programas públicos precisam de protocolos para garantir o melhor uso dessa estratégia: "Aqui no Iede, por exemplo, a gente está dispensando a Liraglutida para pacientes com obesidade acentuada, que não responderam a outras medicações, que têm outras comorbidades. E diante desse quadro, vale a pena você investir em uma medicação mais cara".

Até mesmo as bulas dos medicamentos disponíveis no Brasil - o Saxenda, que contém liraglutida, e o Wegovy, que contém semaglutida - indicam que eles são

Continuação: Ozempic no SUS? Quebra de patente e acompanhamento podem viabilizar semaglutida de graça

recomendados para adultos com índice de massa corporal acima de 30 kg/m², caracterizando obesidade, ou 27 kg/m² na faixa de sobrepeso, desde que o paciente tenha algum problema de saúde relacionado a essa condição.

Os medicamentos também podem ser usados por adolescentes acima de 12 anos com obesidade e pelo menos 60 kg. Em todos os casos, a recomendação é de que o medicamento seja associado a dieta e exercícios físicos.

Uso estético preocupa especialistas

Já o remédio à base de semaglutida mais famoso, o Ozempic, não tem recomendação em bula para uso contra obesidade, mas apenas para pacientes adultos com diabetes tipo 2 não controlada.

Apesar disso, a eficácia das substâncias atrai muitas pessoas que não se encaixam nos critérios, mas querem emagrecer por razões estéticas. A venda de todos esses remédios exige apresentação de receita médica, mas, como a receita não é retida, é possível adquirir sem recomendação. A **Anvisa** está discutindo se eles devem ser colocados na mesma categoria dos antibióticos, o que obrigaria as farmácias a reterem uma via da receita com identificação do comprador.

Em dezembro, as sociedades brasileiras de En-

docrinologia e Metabologia e de Diabetes e a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade divulgaram uma carta aberta defendendo a retenção de receita para venda desses medicamentos.

Karen de **Marca** reforça que o uso sem acompanhamento pode gerar efeitos adversos como náuseas, constipação e perda de massa magra, além de agravar transtornos psicológicos.

"A gente vê que existe também uma perda de massa magra que pode deflagrar um processo de sarcopenia. Pode também ter uma dependência, no sentido de não se ver sem aquela medicação, porque precisa se sentir magra", explica.

A psicóloga Flavia Ferreira da Silva compartilha sua experiência com os medicamentos. Após ser diagnosticada com pré-diabetes e obesidade, ela iniciou o uso sob supervisão médica. "Quando comecei o tratamento, estava com 98 kg. Hoje peso 70 kg e minhas taxas estão boas", disse.

Entretanto, o engenheiro Danilo Vidal Ribeiro relatou complicações ao usar a semaglutida. "Tive dores abdominais e precisei parar. É essencial ter acompanhamento médico", alertou.

Entenda o processo judicial envolvendo acusações de plágio na animação "Moana"

Recentemente, tornou-se conhecido um processo judicial onde o animador Buck Woodall acusa a Disney de plágio. Ele alega que a célebre animação "Moana" e sua sequência utilizaram ideias de seu projeto anterior, "Bucky", que também é ambientado na Polinésia e gira em torno de uma narrativa similar. O caso voltou aos tribunais pouco após a estreia de "Moana 2", reacendendo a questão da originalidade na indústria cinematográfica.

O animador afirma que a Disney teve acesso a seu roteiro em 2003, após ele apresentá-lo à executiva Jenny Marchick. A denúncia ressalta que elementos essenciais do seu trabalho foram incorporados nos filmes, o que lhe gerou o atual pleito legal. A Disney, no entanto, nega com veemência tais alegações e mantém que não houve qualquer contato entre o roteiro de Woodall e os produtores de "Moana".

Quais são os Argumentos do Processo?

O ponto central da disputa reside na alegação de Woodall de que "Moana" teria utilizado não só os elementos narrativos, mas também o pano de fundo cultural de seu roteiro "Bucky". Ele descreve uma fórmula onde adolescentes desafiam seus pais e embarcam em jornadas cheias de encontros místicos, algo que ele afirma ser quase idêntico à obra da Disney. É relevante mencionar que este não é o primeiro processo do gênero envolvendo produções de sucesso em Hollywood.

Dwayne Johnson e Auli'i Cravalho em Moana 2 (2024). Imagem: Divulgação/Disney

Qual é a Reivindicação de Buck Woodall?

Em termos financeiros, Woodall está reivindicando uma indenização significativa. Ele pede 2,5% da receita bruta de "Moana", que gira em torno de US\$ 10 bilhões. Além do ressarcimento, o animador solicita que a justiça impeça futuras violações de **direitos** autorais pela Disney. Este tipo de medida busca assegurar que criações independentes sejam preservadas em suas integridades originais.

A Ação Judicial Vai Progredir?

O desenvolvimento deste caso ainda depende da análise pelo juiz, que avaliará a procedência das alegações de semelhança entre as obras. Anteriormente, um processo similar foi arquivado, mas a renovação do foco com o lançamento de "Moana 2" abriu novas possibilidades para julgamento. As decisões judiciais em casos como este podem ter um impacto duradouro nas práticas da indústria cinematográfica em relação ao uso de ideias originais.

Qual é a Posição da Disney?

Em contrapartida, a Disney nega firmemente as acusações e sustenta que as semelhanças são coincidentes ou baseadas em um arquétipo narrativo comum. A empresa sublinha que Jenny Marchick, citada na denúncia, atuou em outra produtora e não está ligada ao desenvolvimento de "Moana". O desfecho deste caso legal pode estabelecer precedentes sobre como ideias e conceitos criativos são tratados em futuros litígios envolvendo grandes estúdios de cinema.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 6

Inovação
3

Patentes
3, 8

Direitos Autorais
6, 11

Marco regulatório | Anvisa
8